

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades /
Organizador Washington Tourinho Júnior, Telma
Bonifácio dos Santos Reinaldo. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0066-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.660220104>

1. História geral – Estudo e ensino. 2. Aprendizagem
histórica. I. Tourinho Júnior, Washington (Organizador). II.
Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos (Organizadora). III.
Título.

CDD 907

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



EPÍGRAFE

O saber se vai buscar
E é preciso sempre ler
Não perca oportunidade
Esse livro é pra você.

Júlia Constança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1..... 11

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:
REFLEXÕES DE ESTUDIOSOS DO CAMPO

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201041>

CAPÍTULO 2..... 31

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS
LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Constança Pereira Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201042>

CAPÍTULO 3..... 47

FRAGMENTAÇÃO, SUPERFICIALIZAÇÃO E CONTROLE: OS MANUAIS DOS
PROFESSORES E A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Washington Tourinho Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201043>

CAPÍTULO 4..... 68

APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS
E DESDOBRAMENTOS DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DOCENTE EM
BACABAL-MA

Maria José dos Santos

Viviane de Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201044>

CAPÍTULO 5..... 87

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO
PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201045>

CAPÍTULO 6..... 103

NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Marcelo Pagliosa Carvalho

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201046>

CAPÍTULO 7	127
PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA	
Marize Helena de Campos Adriana Regina Oliveira Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047	
CAPÍTULO 8	151
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MARANHÃO	
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048	
CAPÍTULO 9	172
MESTRES OUVINTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO “HISTORIADOR” A PARTIR DO POEMA DRUMMONIANO	
Rogério de Carvalho Veras Larissa Aryane Lima Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049	
CAPÍTULO 10	180
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR	
Antonia da Silva Mota Flaviomiro Silva Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410	
SOBRE OS AUTORES	198
SOBRE OS ORGANIZADORES	202

INTRODUÇÃO

APRENDIZAGEM HISTÓRICA: ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Washington Tourinho Júnior

Durante boa parte do século XX as discussões acerca do ensino de História ocorriam, em sua maioria, no campo da psicologia e da pedagogia a partir de referenciais da ciência histórica. Conceitos como: consciência histórica, didática da História, metodologia do ensino da História e processo ensino/aprendizagem, geralmente encontravam na psicologia e na pedagogia os seus espaços de discussão e ambientação, ficando o campo do conhecimento histórico relegado à posição de coadjuvante na construção das epistemologias e das metodologias relativas a tais conceitos, uma vez que as teorias que embasavam tais discussões estavam situadas em um dos dois campos, ou seja, os conceitos que davam estrutura e organicidade a estas discussões eram oriundos das teorias de autores como: Piaget, Skinner e Vigotski, (ligados ao campo da psicologia da educação) ou às análises de Bourdieu, Passeron, Alain Choppin e André Chervel (ligados ao campo da sociologia da educação). Aos referenciais oriundos da ciência histórica cabia a função de instrumento de espacialização teórica, cujo objetivo seria o de dar especificidade e identidade às discussões direcionadas ao ensino de História. Esta perspectiva dominou o campo de formação profissional da História até as últimas décadas do século XX. Noções como aprendizagem, didática e ensino eram apresentadas apenas em seus aspectos mais gerais e serviam de referência teórica e prática para todas as disciplinas da área de ensino (História, Geografia, Matemática, etc.). Um bom exemplo pode ser notado na forma como a disciplina didática era ministrada nos cursos de formação de professores, concebidos nesta modalidade como educadores

Ela (a didática) é ensinada, dentro dos currículos, separadamente das disciplinas profissionalizantes, quer seja nas licenciaturas em geral, quer seja nos cursos de pedagogia. Na prática do planejamento, execução e avaliação do ensino, superior ou médio, ela é apresentada como se fosse um conjunto de mecanismos assépticos e isolados de como fazer alguma coisa. (...) Mesmo existindo nos currículos disciplinas que discutiam os fundamentos da prática educacional, na maior parte das vezes, para não dizer sempre, ficam situadas como conteúdos a serem apreendidos isoladamente e não como posicionamentos a serem levados em consideração na prática diuturna do pesquisador. (LUCKESI, 2001, p 31)

A didática e, em decorrência, a noção de aprendizagem, conforme nos mostra Luckesi, são apresentadas como entes universais cuja aplicabilidade e conhecimento

independem da área onde são aplicadas provocando um descompasso entre a teoria e a prática profissional de ensino, mais precisamente, e no nosso caso, o professor de História. Convém lembrar que nas décadas de 80 e 90 do século XX a configuração dos cursos de formação gravitava em torno da cisão ensino/pesquisa ou, mais precisamente licenciado/bacharel.

Na primeira década do século XXI, estas discussões sofrem uma inversão. Tomando como ponto de partida, não mais os campos da Psicologia e da Pedagogia, mas os referenciais da Ciência Histórica, os conceitos acima mencionados passam a apontar para um novo paradigma nas discussões referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica. Segundo Maria Auxiliadora Schimidt o último quartel da década de 1990 e os primeiros anos deste século viram multiplicar-se os estudos referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica a partir dos referenciais da própria disciplina

No Brasil, as pesquisas sobre ensino e aprendizagem da História adquiriram grande impulso nas últimas décadas, o que pode ser observado pela expansão das linhas de pesquisa e pelo aumento da produção e da publicação nessa área. Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de História, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil. (SCHIMIDT, 2014, p 42).

O crescimento das pesquisas no campo do ensino e aprendizagem histórica no Brasil segue uma tendência iniciada na Europa de reposicionamento das discussões sobre a didática da História a partir da noção de Educação Histórica, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Estes três conceitos, observados sempre no plano relacional, tornar-se-ão centrais no desenvolvimento de teorias e metodologias específicas do campo da História.

As investigações e reflexões que têm ocorrido no âmbito do domínio teórico da Educação Histórica circunscrevem-se nas questões relacionadas aos estudos da consciência histórica como objeto e objetivo da didática da História, tendo como foco principal a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a consciência histórica passa a ser uma categoria que serve para a autoexplicação da História como disciplina escolar, para a sua identificação como uma matéria específica e com uma metodologia própria (SCHIMIDT, 2014, p 42).

A Educação Histórica, vista como campo amplo de estudo funciona como meio para a formação da Consciência Histórica e para o entendimento dos modos de ensinar os temas e assuntos pertinentes à disciplina História. Segundo Barca (2001, p 13) a Educação Histórica constrói-se no momento em que assumimos o Ensino de História como uma disciplina com fundamentação teórica própria, constituindo-se como teoria e aplicação à educação de princípios decorrentes da cognição histórica. A cognição histórica, por sua vez, consiste em um processo de aprendizado e elaboração do conhecimento altamente especializado

fundamental na formulação da Consciência Histórica. É a partir da Consciência Histórica que a Cultura Histórica se constrói, ou seja a Cultura Histórica consiste na aplicação prática da Consciência Histórica. É neste plano relacional que Educação Histórica, Consciência Histórica e Cultura Histórica atuam para a construção do conhecimento Histórico

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, pp36, 37).

Como vemos, Rüsen nos traz a necessidade de reorganizarmos os parâmetros epistemológicos que alicerçam o conhecimento Histórico apontando para a necessidade de reorganização de dois outros conceitos o de Didática da História e o de Aprendizagem Histórica. Ensinar História, para além da mera explicação do passado consiste, a partir desta reconfiguração conceitual, na adoção de um conjunto de desafios que conduzam o alunos a experienciar o seu tempo a partir da observação do tempo do outro, entendendo o seu lugar no tempo e criando perspectivas de futuro (RÜSEN, 2016). O pensamento histórico passa a ser concebido como um movimento mental extremamente dinâmico. A História, observada nesta perspectiva, deixa de ser entendida como um estudo cumulativo e linear, onde o entendimento do passado encerrava-se em si próprio. A História não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados (RÜSEN, 2016, p19).

A didática da História e a aprendizagem histórica assumiriam, a partir de então um protagonismo nos cursos de formação de professores de História. Tal protagonismo partiria da concepção da didática da História enquanto uma disciplina mediadora, ou seja uma disciplina que faria a mediação entre a teoria da História e as disciplinas ligadas a área de ensino de História. Para além da concepção da didática da História como um conjunto de métodos assépticos o que se impõe agora é a observação desta disciplina como um instrumento de construção do conhecimento histórico e como um vasto campo de pesquisa.

Assim, a didática coloca-se dentro dos parâmetros da metodização e da teorização da História, deixando de ser uma disciplina isolada no contexto do debate. A relação didática da História e da ciência histórica permite que a primeira torne relevante não apenas a pesquisa medial, mas sim, as categorias históricas que compõem a própria teorização da História. (CAIMI et al, 1999, pp 19-20).

A didática, enquanto disciplina e campo de pesquisa, incorpora ao seu campo epistemológico conceitos e métodos da ciência histórica atuando como um conjunto de

abordagens formalizadas direcionadas especificamente para o ensino da História na educação básica. Entendida como uma disciplina que possui em seu escopo elementos de pesquisa da vida prática, quer do profissional, quer do aluno da educação básica a didática da história constrói uma identidade vinculada “humbilicalmente” com a teoria da História, ou seja pesquisar, discutir e aplicar a didaticamente princípios educacionais no ensino de História só se torna possível se observados os princípios epistemológicos básicos da ciência histórica. A didática passa a desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. (RÜSEN, 2011).

A didática da História se situa nesta relação direta com a ciência da história, na medida que se concebe como ciência do aprendizado histórico e não como ciência da transmissão do conhecimento histórico produzido pela ciência da história. (RÜSEN, 2012, p 16).

Ou seja, a didática da história assume o papel de ciência do aprendizado histórico e a aprendizagem histórica, por sua vez, é concebida como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica (RÜSEN, 2012, p16). A aprendizagem histórica desenvolve-se na relação entre teoria histórica e vivência prática dos alunos, concretizando-se através de um conjunto de conceitos e competências históricas que se a apresentam no tempo. A aprendizagem histórica, liberada das amarras conceituais advindas da psicologia da aprendizagem, mas sem romper com elas, desenvolve-se enquanto um conjunto de operações mentais cognitivas determinados curricularmente pelo ensino de História. A aprendizagem histórica passa a agregar dois elementos inovadores (se assim podemos conceber): A experiência temporal e a localização espacial e teórica.

A experiência temporal consiste na observação do tempo em suas múltiplas dimensões: 1) O tempo passado ou do outro, aquele que é composto pelo conjunto de informações e análises que dá vida a ciência da história, as informações do passado, concebido aqui como um conjunto memorial e seletivo; 2) O tempo presente, o tempo do meu presente, aquele no qual eu me incluo e que constrói a minha localização espacial e a minha identificação primária. É neste tempo que as tensões e inquietações se colocam, é neste tempo que se apresentam duas noções estruturantes da teoria da história, a noção de verdade e de memória; 3) A relação dinâmica entre o passado e o presente produzindo as expectativas e ideias de futuro. Neste ponto observamos a construção de uma relação dinâmica entre memória, verdade, experiência e identidade. A observação dessas dimensões temporais são seguidas das noções de percepção, interpretação e motivação, fazendo com que a aprendizagem histórica articule constantemente conhecimento e experiência. A Narrativa histórica, a partir da noção de aprendizagem histórica, apresenta-se pois, como um processo mental, comucativamente realizado, no qual este contexto é criado, de forma que a experiência do passado torne-se a interpretação do presente e a

expectativa do futuro (RÜSEN, 2012, p75).

A localização espacial e teórica, pensada a partir da didática da história e da aprendizagem histórica situa-se na concepção de especialização do profissional ligado a área de ensino de História. Nesta perspectiva entende-se que para além da formação do profissional de História, existe a formação do professor de história. O profissional de História, neste sentido, seria o indivíduo formado na academia com funções gerais vinculado a análise dos princípios e fundamentos que perpassam todo tipo de conhecimento histórico, executando as suas atribuições a partir de um conjunto conceitual e metodológico advindo da teoria da História e da relação das mesmas com as disciplinas afins, numa interdisciplinaridade dinâmica e constante. O professor de História seria o profissional que, para além dos conhecimento dos princípios e fundamentos que perpassam a teoria da história, aplicaria estes princípios didaticamente, ou seja adotando a didática da História como campo de desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, concebendo a aprendizagem histórica como uma necessidade humana básica e intergeracional que se processa na relação entre professores e alunos.

A aprendizagem histórica consiste pois, em um processo que se estrutura através da ação desenvolvida no campo da didática da história de responsabilidade de professores profissionais, que formados enquanto historiadores profissionais especializam-se no campo da Educação Histórica, como idealizadores e operacionalizadores de conceitos e métodos ligados à didática da História, fundamentais para a formação da consciência histórica do aluno. Segundo Rüsen:

A relação da sociologia da cultura histórica com a Didática da História tem como resultado a aprendizagem. As disciplinas acadêmicas são respostas institucionalizadas para necessidades sociais. Os estudos históricos são uma resposta às questões sobre o tempo. Qual a questão respondida pela Didática da História? Nós precisamos de professores profissionais. Não só historiadores profissionais em sala de aula. O ponto de partida é a profissionalização de professores de história. Contamos com brilhantes teóricos do desenvolvimento da consciência moderna. Mas não existe nada parecido com o desenvolvimento da consciência histórica (2016, p 21).

A aprendizagem histórica, desenvolvida por professores profissionais, propicia ao aluno a ampliação do campo da experiência histórica através da noção das diversas dimensões temporais e do desenvolvimento da habilidade de compreender o passado como um construto memorial seletivo fundamental para a compreensão dos aspectos formativos e identitários do presente. Ao compreender e compreender-se no presente, o aluno será capaz de articular estas dimensões temporais seletivas de forma dinâmica e criativa articulando compreensão do mundo e de sua própria identidade. É através destes mecanismos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos que o professor propicia ao aluno a possibilidade de Construir a habilidade de conformar as aspirações de cada um a

partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal (RÜSEN, 2016).

O estudo das conceitualizações e experiências ligadas à aprendizagem histórica, sob essa nova ótica, torna-se de vital importância para a renovação das discussões a respeito do ensino de História. É com este objetivo que a os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão apresentam aos leitores o Livro **“Aprendizagem Histórica: Entre Conceitos e Experiências”**. Esta coletânea tem por objetivo apresentar as diversas formas de operacionalização do processo de aprendizagem histórica levada a cabo por alunos e professores do Mestrado, e as discussões apresentadas o âmbito da disciplina didática da História, com destaque para os conceitos e metodologias que embasam as ações articuladas entre professores e alunos da educação básica.

No primeiro capítulo intitulado “Didática da História como Ciência da Aprendizagem Histórica: reflexões de estudiosos de campo” Sandra Regina Rodrigues dos Santos faz uma extensa apresentação das discussões e análises realizadas por intelectuais brasileiros sobre três conceitos basilares da obra de Jörn Rüsen: Educação Histórica, Consciência Histórica e Didática da História, com destaques para as contribuições de Maria Auxiliadora Schimidt, Luís Fernando Cerri, Oldimar Cardoso e Estevam Rezende Martins. Através da análise destes autores e da apresentação das práticas de leitura que os mesmos utilizam ao apropriarem-se dos conceitos Rusenianos, Sandra Regina demonstra como as estratégias da aprendizagem, uma vez ancoradas nestas referências conceituais, atuam tanto no campo da educação formal, mais especificamente no Ensino de História, quanto no campo da educação informal, possibilitando a formação da consciência histórica do aluno.

No segundo capítulo, intitulado “As escolas Históricas e suas Influências na Escrita da História e dos Livros Didáticos”, Julia Constança Pereira Camelo, faz uma relação entre o referencial teórico construído a partir do Positivismo, do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales e a forma de operacionalização dos mesmos na escrita da História e no ensino de História, com destaque para a escrita didática da História, ou seja aquela apresentada nos livros didáticos. Partindo da concepção de escola Histórica a autora apresenta os elementos que caracterizam uma escola histórica e as formas de ação conjunta que se apresenta nas mesmas, a partir deste ponto nomina as Escolas que servirão de referência, mais precisamente as escolas citadas acima, apontando as características mais gerais da cada escola analisada. Feito este exercício Júlia passa a buscar os elementos destas escolas presentes na escrita didática da História, apontando as diversas formas de operacionalização dos conceitos e as diversas estratégias encontradas pelos professores/autores para afirmar a sua escrita enquanto uma escrita didática que possibilite o processo de aprendizagem histórica do aluno. Este exercício consiste em uma análise fundamental do metamorfoseamento da escrita de referência, além de apontar as diversas m apropriações realizadas no âmbito da escrita didática.

No capítulo terceiro intitulado “Fragmentação, Superficialização e Controle: os manuais dos professores e a aprendizagem histórica”, Washington Tourinho Júnior define a relação entre os Manuais dos Professores, parte integrante dos Livros Didáticos utilizados pelos alunos e o processo de aprendizagem histórica. Constituídos com o objetivo de “facilitar e organizar” o trabalho realizado pelo professor dentro da sala de aula os manuais dos Professores vem assumindo um papel cada vez mais central na referência teórica do professor de História e, por conseguinte na relação ensino/aprendizagem. Transformados em um espaço de apresentação de conceitos, métodos, estratégias, temas e fontes ligados a teoria da História e à didática da História estes manuais passam a trazer no seu texto conceitos fundamentais para a aprendizagem histórica, apresentando autores de referência e fragmentos textuais, além de “sugestões” didáticas para o professor. Ao apresentar-se como um espaço de ampliação do conhecimento Os manuais dos Professores, estabelecem uma relação cada vez mais imbricada com os professores, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos e fragmentando o processo de aprendizagem histórica.

No quarto Capítulo Maria José dos Santos e Viviane Oliveira Barbosa, demonstram como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, específico para a formação de professores elaborou e operacionalizou um processo de aprendizagem interdisciplinar analisando o Projeto Pedagógico Curricular do referido curso. Sob o título “Aprendizagem Histórica na Licenciatura em Ciências Humanas: desafios e desdobramentos de uma nova proposta curricular docente em Bacabal-MA” as autoras fazem uma análise do processo de implementação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas destacando as propostas de aprendizagem e as experiências vividas pelo corpo docente e discente no primeiro triênio de atuação do curso (2010-2013). Ao analisarem as formas de operacionalização das diretrizes curriculares do curso, as autoras apontam para os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do PPC do curso na cidade de Bacabal, uma cidade de porte médio do estado do Maranhão, com uma população de 100.014 habitantes (de acordo com o censo de 2010, época da implantação do curso). Tal implementação, de acordo com as autoras repercute até hoje na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente se levarmos em conta a trajetória profissional dos egressos do curso e a construção de um novo olhar para os cursos de licenciatura na região. Com destaque para a atuação e o planejamento coletivo realizado a cada semestre, Maria José e Viviane demonstram como a implementação do PPC do curso de forma dialogada e estrategicamente estruturada possibilitou o desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica através da atuação marcante de professores profissionais junto ao corpo discente de forma direta e aos alunos da educação básica de forma indireta.

No quinto capítulo, Mary Angélica Costa Tourinho analisa como a aprendizagem cumpriu, no decorrer da História do Brasil republicano, a função de construção do ideário de modernidade, nacionalidade e patriotismo. Intitulado “Aprendizagem Higiênica, São e

Patriótica: uma análise do congresso pedagógico de 1920 em São Luís – MA”, o capítulo aborda as discussões sobre aprendizagem que aconteceram durante o Congresso Pedagógico realizado no Maranhão na década de 1920. Apoiado no ideário positivista o 1º Congresso Pedagógico do Maranhão discutiu ideias e princípios educacionais ancorados nos conceitos de modernização, civilidade, urbanismo, nacionalidade e patriotismo. A perspectiva de uma aprendizagem que pudesse dar conta destes conceitos apresentava-se sob a forma de uma educação técnico-científica que tinham por finalidade o desenvolvimento de sentimentos de civismo e patriotismo fundamentais para a “formação dos futuros cidadãos da república”. O conceito de aprendizagem, de matiz iluminista e positivista, teria por função a construção do cidadão ordeiro e patriota, através de um processo de modernização das instituições educacionais que passariam a funcionar em sintonia com as teorias aplicadas no continente europeu. Ao analisar as discussões ocorridas no Congresso Pedagógico Mary Angélica demonstra a relação entre aprendizagem e formação cidadã, próprio de uma república em processo de afirmação.

No sexto capítulo Marcelo Pagliosa Carvalho e Tanielle Cristina dos Anjos Abreu analisam o papel do racismo na educação brasileira e por conseguinte no processo de aprendizagem do aluno, apontado aqui como um processo desigual e excludente. Sob o título “Negação Histórica dos Direitos Humanos da População Negra: Políticas Públicas para uma educação Antirracista” os autores apontam o papel desempenhado pelo racismo na manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira com destaque para a educação histórica. Marcelo e Tanielle apontam o racismo como um elemento estruturante na formulação do discurso pedagógico nacional, atuando como um elemento proliferador de diferenças no campo educacional e operacionalizador de uma aprendizagem histórica descaracterizadora do sujeito enquanto ser social diverso e altérico. Analisando princípios estabelecidos na Constituição Federal e as premissas estabelecidas na carta de direitos da ONU, os autores propõem todo um conjunto de práticas e estratégias que promovam uma inversão das políticas públicas no campo da educação buscando a construção de uma consciência histórica de acordo com a multiplicidade formativa da sociedade brasileira, em especial a população negra. Para tanto, apontam para a construção de uma aprendizagem histórica que rompa com o caráter excludente, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

No sétimo capítulo intitulado “Projeto foco acadêmico – Eixo ensino (UFMA): Experiências no campo da História”, Marize Helena de Campos e Adriana Regina Oliveira Coelho apresentam uma experiência de trabalho com foco na Didática da História e na aprendizagem histórica. Analisando o papel desempenhado pelo projeto foco acadêmico, que consiste em um projeto de assistência estudantil que objetiva manter o aluno vinculado ao curso por meio de concessão de bolsas de estudo e trabalho, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento de atividades nas áreas de pesquisa e extensão, as autoras descrevem as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto “brinquedos que contam história: elementos

para um ensino-aprendizagem humano, criativo e dialogal. Partindo da historização da assistência estudantil no âmbito da educação nacional e da UFMA, Marize e Adriana, apontam o papel histórico desempenhado pela assistência estudantil e o impacto destes projetos na comunidade em que são aplicados. Do ponto de vista da aprendizagem histórica demonstram como a utilização de aspectos lúdicos, desde que obedecendo critérios epistemológicos e metodológicos da disciplina de referência (História) e do campo da pedagogia, tornam-se instrumentos fundamentais na formação da consciência histórica, através da adoção de uma didática da História e da operacionalização da aprendizagem histórica, campos fundamentais para a valorização do ensino de História e para a formação de uma cultura histórica.

No oitavo capítulo, intitulado “Experiências Formativas e Práticas Docentes no Ensino Superior: O PAFOR/História no município de Urbano Santos – Maranhão”, Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo aponta o papel desempenhado pelo Programa de Formação de Professores na especialização dos profissionais ligados a área de ensino de História. Com o objetivo de possibilitar aos professores atuantes na educação básica dos diversos municípios brasileiros, o PAFOR apresenta-se como um instrumento fundamental na profissionalização e especialização de professores ligados a área de História na educação básica. Como destaque neste capítulo a autora apresenta a readaptação do programa durante o período pandêmico e como, mesmo durante o fechamento temporário das universidades o PAFOR continuou cumprindo a tarefa de formar professores profissionais que possam atuar ativamente no campo da educação histórica possibilitando a formação de uma consciência histórica a partir da utilização da didática da história e da construção do processo de aprendizagem histórica, mesmo em meio a pandemia de COVID 19.

No nono capítulo os autores Rogério de Carvalho Veras e Larissa Aryane Lima Araújo analisam o uso de métodos interdisciplinares como forma de valorização do ensino de História e de aplicação de uma didática da História. Intitulado “Mestres Ouvintes: Concepções acerca do papel do “Historiador” a partir do poema Drummoniano” o capítulo aponta para o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento histórico. Tomando por base o poema “Historiador” de Carlos Drummond de Andrade, os autores constroem um conjunto analítico tomando como referência o poema citado para, a partir dele, discutir aspectos fundamentais para a História como: o significado do Historiador para a sociedade, os aspectos fundantes da disciplina História e principalmente qual trabalho deve ser desenvolvido por este profissional do conhecimento. Partindo das interpretações feitas por Anibal Quijano, Henrique Dussel e Erick Hobsbawm, os autores, a partir do poema citado, tentam responder estas questões e suscitar um debate central na sociedade contemporânea, cabe ao historiador atender as demandas do grande capital, ou entranhar-se nos debates e demandas que se apresentam no campo da diversidade e da Colonialidade?

No décimo capítulo os autores Antônia da Silva Mota e Flaviomiro Silva Mendonça apresentam um exemplo de educação patrimonial como meio para a construção da consciência histórica do aluno. Com o título “Educação Patrimonial na Área Itaqui-Bacanga MA: Conscientizar para preservar”, os autores demonstram como a interdisciplinaridade consiste em uma ferramenta indispensável para a didática da História e, por conseguinte, para a aprendizagem histórica. O capítulo remete a um projeto de educação patrimonial desenvolvido em uma escola comunitária do bairro Itaqui-Bacanga. Conhecido pela extensa dimensão territorial e pelo elevado contingente populacional o Bairro/objeto foi transformado em um campo de educação interdisciplinar que agregava ao mesmo tempo a educação patrimonial e a educação histórica. Partindo da História do Bairro e da apresentação da sua configuração sociocultural os autores utilizam-se da didática da História para formação da consciência histórica dos alunos envolvidos, através do despertar do sentimento de pertença e da valorização do patrimônio material e imaterial do bairro, elevando sobremaneira a autoestima dos alunos. Ao buscar na Educação Patrimonial os mecanismos para a aprendizagem histórica os autores apontam o papel fundamental da associação de conceitos e metodologias sem a perda da identidade disciplinar.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Educação Histórica, Uma Nova Área de Investigação. In **História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. 2. 2001. P 13-21. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em 21/10/2001

CAIMI, Eloísa Flávia Et. Al (org). **O livro didático e o Currículo de História em transição**. Passo Fundo. EDUPF. 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da Didática na Formação do Educador. In CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001. pp 25-34.

RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: A Relação entre a didática da História e a Meta-História. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen, Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2016. pp 13-42.

_____. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Host Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2012.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. pp 23-40.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In OLIVEIRA, Carla Mary S e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa. Ed. UFPB. 2014. pp 39-64.

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS LIVROS DIDÁTICOS

Data de aceite: 03/01/2022

Júlia Constança Pereira Camêlo
Doutora em Ciências Sociais UFPA
Professora Adjunta da UEMA
Professora do Profhistória/UFMA

O presente texto é uma versão ampliada de outro que já foi publicado na obra: **Valores para a paz**. Organizada por Kátia Mendonça e publicada pela (Assessoria de Educação a Distância- UFPA), Belém, 2013.

INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é redigir sobre a escrita da História, com a atenção voltada para o professor que está em sala de aula, assim como para outras pessoas que têm interesse pela forma como essa disciplina aparece nos livros didáticos. Fiz de forma quase coloquial, mas sem deixar de apresentar rigor na abordagem sobre as Escolas Históricas, referências e análises de como elas estão presentes nos livros didáticos. Também imaginei um professor (a) em uma comunidade distante de onde moro.

Além disso, pensei em professores de História que têm uma carga enorme de trabalho, e precisam analisar o livro didático. Coloquei um pouco da escrita historiográfica e demonstro nos livros didáticos. Também apresento o conteúdo

do presente para o passado, pois meu objetivo é fazer com que o professor, além de ler sobre a escrita da História na perspectiva da história dos Annales, do Marxismo e do Positivismo, também possa apresentar essas possibilidades para seus alunos.

Os grupos de historiadores que escrevem temas afins, dentro de um pensamento que apresenta uma certa sintonia, constituem o que se convencionou chamar de Escolas Históricas. Aqui, trataremos das três que predominaram nos últimos séculos: Escola dos Annales, Materialismo Histórico e Positivismo.

O que é História?

Essa é fácil. Quem não sabe que história é o estudo do passado para a compreensão do presente, visando à modificação do futuro. Isso a gente sabe desde o ensino primário. Isso é coisa do meu tempo, pois hoje, do primeiro ao nono ano, é tudo Ensino Fundamental. Nesta nossa conversa, vamos combinar o seguinte: a palavra **primária** representa o **passado**. Ensino Fundamental, a **atualidade**, ou seja, o **presente**. Se você resolvesse fazer uma pesquisa sobre esse tema, de onde partiria? Do hoje, da sua necessidade de saber como era no passado o ensino primário? Creio que sim, pois, só em falar isso, me ocorreram perguntas do tipo: como será que eles estudavam História naquela época? Por que mudou o nome? Podemos despertar para essa temática pelo fato estarmos

trabalhando com crianças nessa fase de estudo ou por causa de um concurso. Portanto, a nossa motivação é do agora, pois, só assim, o interesse faz sentido para nós.

Podemos concluir então que o estudo do passado é uma motivação do presente, gerada pelas inquietações, também do presente. Os “fios condutores” do presente nos levam a buscar as memórias do passado. Por exemplo, se você não conhece a Praia Grande, em São Luís, quando vier a conhecer esse espaço, certamente ficará curioso e com a vontade de saber mais sobre os séculos XVIII e XIX.

Então, que tal começarmos este artigo do presente? Espere um pouco. Deixa eu te explicar mais essa questão do tempo e o que é historiografia.

Será que história significa apenas **tempo**?

Quando começou a sua história? Calma! Eu não estou querendo saber a sua idade, apenas quero ilustrar que o seu nascimento foi um fato que vem gerando novos acontecimentos. Você pode ter mudado de um lugar para outro, casado, tido filhos, participado de atividades sociais na sua escola, na sua comunidade. Depois, fez faculdade e agora está conversando comigo. Isso pode ser um pouco da sua história e da história da sua comunidade em um determinado tempo. Afinal, sua vivência social está entrelaçada à de outras pessoas. Tudo isso para dizer que a historiografia tem o papel de analisar, narrar a história dos indivíduos que vivem em sociedades, de acordo com o pensamento filosófico de cada época.

Para Elza Nadai e Joana Neves, história é também a **realidade histórica**. O **relato histórico** de tudo isso é história, assim como a **investigação** dos historiadores. Se eu for até a sua comunidade realizar entrevistas, coletar documentos com você e com outras pessoas da sua região, certamente que estarei fazendo história. E no momento em que eu escrever sobre o que investiguei, usarei um **discurso** que terá por base as informações do pensamento próprio da **historiografia** dos tempos atuais.

Assim, como diz Keith Jenkins, a palavra história cobre tanto o passado, “tudo o que se passou antes e em todos os lugares, e a historiografia se refere aos escritos dos historiadores”, (JENKINS, Keith. 2001, p. 25).

Você ainda está se perguntando: Afinal, o que é historiografia? Vamos retomar a nossa conversa. Digamos que eu fosse aí na sua comunidade, fizesse entrevistas, examinasse documentos, procurando construir uma narrativa do passado dela, e como resultado dessa pesquisa eu publicasse um livro ou alguns artigos, estaria realizando o ofício do historiador. Dessa forma, a história da sua comunidade estaria sendo interpretada, iria para a Internet, para as estantes das bibliotecas, enfim. O passado da sua comunidade seria colocado em um texto realizado por um pesquisador, porém, outros historiadores também podem fazer o mesmo. Logo, historiografia pode ser definida como a escrita da história realizada por vários historiadores que interpretam os fatos conforme a época em

que vivem.

Agora, sim, voltemos:

É possível concordar comigo que no contexto atual o “grande lance” é falar de identidade cultural, cidadania, interdisciplinaridade, pluralidade, cultura etc. Como a história consegue construir concepções sobre estes campos do saber? Ou seja, como ela agrupou as áreas, os campos de estudo, que pensamentos norteiam a história sobre esta temática?

A história cultural tem uma forte presença nos estudos históricos da atualidade. Para Sandra Pesavento, a história cultural teve como berço a França e se expandiu para todo o mundo, Brasil, Alemanha, Itália, Grã- Bretanha, Estados Unidos etc. (PESAVENTO, S. 2003).

Apesar de Sérgio Buarque de Hollanda, ter escrito “Raízes do Brasil”, trazendo traços de um olhar culturalista, na década de 1933, e Gilberto Freire, “Casa Grande & senzala”, época em que predominava a história positivista, e só a partir da década de 1940, autores como Caio Prado Júnior influenciaram a escrita da história com uma visão marxista, e a história cultural só será mais fecunda na década de 1990.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento elencou alguns campo e autores desse período influenciado pela história cultural.

a. **Imaginário e representação:** José Murilo de Carvalho (UFRJ), Sandra Pesavento (UFRGS), Laura Mello e Sousa (USP), Ronaldo Vainfas (UFF).

b. **História e Literatura:** Lúcia Lippi (FGV/CPDOC), Antônio Celso Ferreira (UNESP), Nicolau Sevcenko (USP),

c. **Historiografia da memória:** Eliana Dutra (UFMG), Edgar De Decca (UNICAMP), Loiva Félix (UPF).

d. **A escrita e a leitura, a retórica e a recepção-** Luís Carlos Villalta (UFMG), Janaína Amado (UnB).

e. **Linguagens: visuais, corporais, imagéticas, sonoras, teatro, cinema-** Rosângela Patriota (UFU) - teatro, Alcides Ramos(UFU) - cinema, Arnaldo Contier (Univ. Mackenzie) - Música e Marco Napolitano(UFPR), Jorge Coli (UNICAMP) - artes plásticas, Cláudia Fay (PUCRS) e Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa).

f. **Historiografia brasileira Contemporânea-** temática - cidades: Maria Stella Bresciani (Unicamp), Sandra Pesavento (UFRGS), Magda Ricci (UFPA)

g. Temas agregados a **construção simbólica-** etnia- escravidão; Sílvia Lara e Sidney Chalhoub (Unicamp), João Reis (UFBA), Flávio Gomes (UFRJ), - gênero- Margareth Rego (Unicamp), Raquel Soihet (UFF) e Eni Mesquita Samara (USP),

Mary Del Priori (USP), - **identidade nacional brasileira** - Lúcia Lippi (CPDOC/FGV), José Murilo de Carvalho (UFRJ), Lília Schwarcz (USP).

Essa pequena mostra exemplifica a diversidade de campos em que a história tem atuado e o quanto os programas de pós-graduação têm realizado pesquisas. Os historiadores vêm divulgando seus trabalhos, publicando livros e participando de eventos científicos. Além disso, mostra o quanto a história cultural tem predominado na produção historiográfica brasileira. Portanto, este é um breve resumo das linhas e campos de pesquisa, cuja produção tem sido ampliada, principalmente no campo das identidades e das linguagens.

Você agora ficou curiosa (o) para saber qual o pensamento, a teoria que norteia essa visão da história cultural. Pois bem, é hora de conversar sobre como e quando os historiadores começaram a pensar em cultura nas vertentes que temos hoje.

ESCOLA DOS ANNALES

Já era século XX, a primeira guerra já havia acontecido, o socialismo estava implantado na Rússia, e a história já não apoiava mais o Estado Nação, historiadores franceses insatisfeitos com a história positivista resolveram fundar uma revista que agregasse pensadores de áreas e correntes de pensamento distintos. Em 1929 Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram a revista “Escola dos Annales”, na França. Você deve estar perguntando qual era a tendência e o que essa historiografia evidenciava? Pois, para a maioria dos historiadores, os positivistas reforçaram o Estado – Nação, e o marxismo destacou a contradição e procurou dar voz às classes operárias. Afinal, que “apito os fundadores dos Annales tocavam”? Qual a tendência?

José Carlos Reis entende que, principalmente, Febvre fez a crítica ao marxismo, afirmando que se tratava de mais uma ideologia do progresso, que produziu uma história teológica, pois apregoava um fim paradisíaco, ou seja, o comunismo seria o homem desprovido da ganância, da individualidade, vivendo em paz para sempre. Seria mais uma versão a serviço dos poderosos políticos dogmáticos.

Mas a produção dos historiadores dos Annales, econômica-social, influenciada pelo estruturalismo se contrapôs ao acontecimento e estava preocupada em fazer uma história de coletividades e não apenas de indivíduos. L. Febvre e Marc Bloch não eram marxistas, mas, produziram uma história sob essa influência.

Assim, José Carlos Reis, baseado em F. Dosse, pergunta se não seria os Annales, “uma 3ª via, respondendo a tecnocracia, interessando-se muito pela organização econômico-social que possibilitaria o bem-estar das massas e pouco por política, que não apoiava mais o Estado Nação, mas um novo poder de banqueiros, executivos, empresários do Estado-Empresa, gerenciado por burocratas planejadores socioeconômicos.

O que a história estaria justificando?

A história, segundo essa organização, estaria fornecendo dados à ação da tecnocracia, pois a percepção dos críticos que analisam a historiografia é de que o grupo francês procurou construir um discurso “neutro” que não ferisse os Estados Unidos, nem a União das Repúblicas Soviéticas. Afinal, o tempo era de Guerra Fria. Essa neutralidade consolidava-se com a escrita apolítica; era hora de apaziguar reconhecer a crise, debater, problematizar, o tempo era de pós-guerra. (REIS, J.C. 1996). Vejamos então, resumidamente, um pouco desta escola:

Peter Burke na obra “A Escola dos Annales” - 1929-1989, afirma que seus historiadores revolucionaram a historiografia e dividiu-a em três gerações:

1ª geração

Liderada por Lucien Febvre e Mac Bloch, que junto com geógrafos, sociólogos etc., fundaram, em 1929, na França, a Escola dos Annales, cujas principais posturas e propostas eram:

- a. Crítica à história positivista, dos acontecimentos e datas;
- b. Diálogo com outras disciplinas: Sociologia, Geografia, Psicologia, etc.
- c. Utilização de fontes, arqueológica, registros cartoriais.
- d. Preocupação com os assuntos do imaginário, ou seja, do mental.

Essa geração marcou pela forte crítica à história tradicional, positivista, pelo empenho em trazer para a história a colaboração das outras áreas do conhecimento e pela introdução à pesquisa de fontes não oficiais.

(...) o progresso no sentido de uma história total e o imaginário devem realizar, antes de mais nada, pela consideração de todos os documentos legados pela sociedade: o documento literário e o documento artístico, especialmente, devem ser integrados em sua explicação, sem que a especificidade desses documentos e dos desígnios humanos de que são produto seja desconhecida. Vale dizer que uma dimensão - essencial - que, em grande parte, ainda falta à história é a do imaginário, essa parte do sonho que, se deslindarmos bem suas relações complexas com as outras realidades históricas, nos introduz tão longe no âmago das sociedades. (...).
(LE GOFF. J. A nova História. Lisboa: edições 70, 1986).

2ª geração

Teve como principal influência a figura do historiador Fernando Braudel, que assumiu a direção da revista em 1948 e ficou até 1968. Sua obra “o Mediterrâneo na época de Filipe II” exemplifica a influência marxista, constrói a longa duração, consolida termos como **estrutura** e **conjuntura**, pois foi profundamente marcada pela influência de sociólogos, demógrafos, economistas, enólogos e antropólogos (BOUDÉ, G. MARTIN, H.

1983. p. 132.)

Essa geração produziu ainda:

Demografia histórica- baseada em séries de casamento, nascimento e falecimentos.

História econômica- apoiava-se em séries de preços de produção e rendimentos.

História quantitativa- lida com estatísticas, fundamentais à história social.

História social - baseia-se em documentos dos registros paroquiais: certidões de casamento, falecimento, nascimentos.

Não há dúvidas de que o trabalho da 2ª geração dos Annales expõe o empenho dos historiadores, no sentido, de construir análises das estruturas em uma longa duração, em busca da história total.

3ª geração

Em 1969, estiveram na direção da revista os jovens André Burguère Jacques Revel; em 1972, Braudel aposentou-se, e Jacques Le Goff assumiu, permanecendo até 1977, quando François Fuert o substituiu na direção dos Annales.

A 3ª geração na década de 1970 iria se deparar com a crítica, pela falta de um método e a verificação de que a proposta de estudar o imaginário religioso, as mentalidades, ou seja, a construção da **Nova História**, dos fundadores da revista Marc Bloch e L Febre foi deixada de lado pela historiografia. Além disso, historiadores como Paul Veyne, já influenciado pelos postulados de filósofos pós-modernos, colocou em choque a cientificidade da história, afirmando que ela não passa de um gênero narrativo, baseado em fatos acontecidos, portanto, capaz de produzir apenas **verdades** (VEYNE Paul, 1982).

Outra crítica veio do literata Lawrence Stone, que alardeou o **ressurgimento** da narrativa, por entender que a historiografia recente, dado o declínio da história científica, está voltando a fazer o que sempre fez: contar histórias, criar enredos, intrigas etc. (FERREIRA, A. C. Pós História, Assis - SP. 44: 23-44, 1996).

Após a crítica detectar que a segunda geração dos Annales não realizou as propostas dos seus fundadores, como vimos, ela refletiu mais o econômico que o simbólico. Temos a impressão de que os historiadores, dentre eles Le Goff, voltaram a ler M. Bloch e procuraram resgatar o simbólico. Como àquelas alturas os historiadores já haviam “bebido” em outras áreas a linguística, a psicanálise e a antropologia, observamos que a análise enveredou para o cultural.

Toda a crítica às mentalidades, o alargamento das fronteiras entre história e literatura, fez segundo R. Vainfas, os historiadores das mentalidades, que reconhecem a importância do simbólico, partirem de 1980 em diante, para nos **novos** campos, dentre eles **a micro-história**, maior refúgio da **história cultural**.

Os historiadores construtores da micro-história preocupam-se em desvendar o

processo investigativo. Assim, suas buscas por fontes e nas fontes geralmente tiveram uma formação marxista e partem do **particular** para o **geral**. O exemplo clássico é o de Carlo Ginzburg, na obra "**O queijo e os vermes**" São Paulo: Companhia das Letras, 1987, ao reconstruir a partir de depoimentos a inquisição, a vida de um habitante de uma aldeia, procurando encontrar nas suas leituras escritas e orais como ele construiu a sua ideia de criação do universo. Por isso, entendo que eles não perderam a perspectiva de uma história total, mesmo que seja no micro.

A história cultural, apesar de plural, apresenta características que indicam um perfil que norteia esse campo de pesquisa:

- a. Recusa o conceito vago de mentalidades;
- b. Visualiza o popular;
- c. Valoriza as estratificações e os conflitos socioculturais como objeto de investigação.

Das principais propostas investigativas sobre o cultural, oriundas daqueles que não concordavam com o conceito de mentalidades, mas vislumbravam o popular, destacamos a do italiano Carlo Ginzburg, cujas formulações trazem as noções de cultura popular e de **circularidade cultural**, Roger Chartier, francês, construiu o conceito de **representação e apropriação**. O inglês Edward Thompson buscou compreender o popular pelas **tradições**.

(...) a defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis a um ou outro livro. por um lado, elas reentram numa tradição de formação humanista: tolerância em reduzir a religião, à moralidade etc. trata-se de uma dicotomia só aparente, que remete na verdade a uma cultura unitária que não é possível estabelecer recortes claros. Mesmo que Menocchio tenha entrado em contato, de maneira mais ou menos mediada, com ambientes cultos, suas afirmações em defesa da tolerância religiosa, seu desejo de renovação radical da sociedade apresentam um tom original e não parecem resultados de influências externas passivamente recebidas. As raízes de suas afirmações e desejos estão fincadas muito longe, num estrato obscuro, quase indecifrável de remotas tradições camponesas. GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

Neste contexto em que, paralelamente, americanos e europeus produziam história cultural, foi se desenvolvendo a Nova História Cultural que, influenciada pela Antropologia Interpretativa norte-americana e da Sociologia, permitiu vislumbrar novas abordagens (HUNT, 1992).

Nesse sentido, ao lado da influência de autores importantes como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, os estudiosos da História Social e da Nova História Cultural retomaram ideias fundadoras presentes nos trabalhos de Norbert Elias desde o final da década de 1930, sobre civilização e processo civilizador, gerando novos interesses

e novas perspectivas nos estudos dos costumes e da vida cotidiana dos mais diferentes grupos sociais, em particular daqueles ligados ao mundo do trabalho.

Essas principais influências teóricas trouxeram contribuições interdisciplinares que renovaram a área de História, colocando os campos da História Social, e da Nova História Cultural como alguns dos mais proeminentes no final do século XX e início do século XXI (BURKE, 2002, 2005).

Autores como Mikhail Bakhtin fizeram com que os historiadores se voltassem para a percepção das várias vozes existentes nos documentos históricos, concentrando-se em compreender a polifonia que estes carregam, trazendo pressupostos teóricos e metodológicos da Semiótica para o instrumental de pesquisa e de análise da História (BAKHTIN, 2002).

Michel Foucault levou à percepção e à crítica dos “regimes de verdade” do Estado e das Ciências, problematizando-os como expressões de determinada cultura e direcionando o olhar do historiador para o controle social sobre o eu e sobre o corpo. Surgiu então a necessidade de se estudar o poder em todas as dimensões sociais, não mais numa simples relação vertical entre Estado e sociedade, mas também de forma horizontal, nas mais variadas formas de vivência cotidiana.

Daí as ideias relacionadas ao estudo da microfísica do poder e o entendimento de que as práticas discursivas são objetos fundamentais de estudo que podem revelar a construção ou a constituição do que são os próprios objetos da fala (FOUCAULT, 1984, 1985, 1988 e 1996).

Pierre Bourdieu trouxe para o debate dos temas históricos o conceito de campo, a teoria da prática/habitus, as ideias sobre reprodução cultural, capital cultural e capital simbólico, construindo uma análise sobre a cultura em termos de bens, de produção, de mercado, de investimento, buscando compreender qual a relação que se estabelece a partir desse olhar entre a construção de identidades e as possibilidades de mudança social (BOURDIEU, 2003, 2005).

Norbert Elias, com seu trabalho sobre o processo civilizador fez com que os profissionais da História intensificassem os estudos e as análises sobre mudanças sociais, especialmente a mudança dos costumes na vida privada e na vida pública e a importância crucial dessas mudanças para a consolidação de uma civilização ocidental que se autoproclamou referência e modelo de comportamentos individuais e coletivos para outros povos e culturas do mundo (ELIAS, 2000).

Para Peter Burke, o estudo de Norbert Elias sobre o processo civilizador – publicado em 1939, mas negligenciado durante décadas – foi tratado com a devida consideração por sociólogos e historiadores apenas a partir das décadas de 1970 e 1980. O livro buscava contribuir com a teoria sociológica sobre mudança social e mobilizava ideias de autores como

Weber, Freud e Durkheim, com grande destaque para a área de História, concentrando-se sobre determinados aspectos da vida social na Europa ocidental, sobretudo no final do período medieval.

Tais aspectos relacionavam-se a temas hoje considerados importantes para a História Social e a Nova História Cultural, tais como os comportamentos humanos em relação aos hábitos alimentares ou de higiene. Elias, ao falar da história da cultura material e do corpo, chegou a considerar como importantes documentos do cultural material alguns objetos como o lenço e o garfo, sustentando que estes eram instrumentos que favoreceram enormes mudanças de comportamento, instrumentos do que veio a ser denominado “civilização”. Este termo pode ser compreendido, segundo Burke, como uma espécie de transição entre os limites do constrangimento e da vergonha, sendo que Elias defendeu a ascensão do autocontrole como uma forma de integração social (BURKE, 2002).

Certamente, sua obra também foi observada a partir de uma perspectiva crítica, pois se restringiu à abordagem de uma história europeia, sendo o próprio conceito de civilização em termos de existência da vergonha ou do autocontrole considerado problemático, já que sob esse olhar quase toda sociedade seria civilizada. No entanto, foi o fato de Elias trazer a história da cultura material e a história do corpo para construir sua argumentação, que influenciou e ainda influencia historiadores de todo o mundo quanto ao olhar sobre a potencialidade de determinados temas e documentos históricos, para se tratar da vida cotidiana de grupos sociais ligados ou não ao mundo do trabalho.

Também as noções de construção cultural e de apropriação cultural a partir das próprias representações que interferem na realidade, construindo-a e desconstruindo-a, foram estabelecidas principalmente por Michel De Certeau, ao estudar a reutilização e a (re)invenção do cotidiano a partir das escolhas dos sujeitos e suas relações com a cultura material existente em determinados contextos históricos (DE CERTEAU, 2000 e 2002).

Essas ideias e trabalhos fomentaram o debate sobre a “construção cultural” de conceitos como classe, gênero, comunidade, identidade, e de práticas como “(re)invenção” de tradições. Dessa forma, os historiadores passaram a enxergar os estudos das práticas dos grupos sociais como problematizações possíveis e não como premissas fechadas sobre temas históricos, ampliando assim as condições de interpretação das ações e motivações dos sujeitos históricos.

Com a abertura dessas perspectivas teóricas e temáticas ligadas ao campo da História Social e da Nova História Cultural, muitos trabalhos estão sendo desenvolvidos em todo o mundo e também no Brasil, que têm renovado a historiografia e o esforço sempre urgente de compreensão da atuação e das demandas de novos sujeitos históricos em nossa sociedade.

Vejamos agora como os historiadores influenciados por essa escola histórica

escreveram a temática dos bandeirantes no livro didático.

(...) a defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis a um ou outro livro. por um lado, elas reentram numa tradição de formação humanista: tolerância em reduzir a religião, à moralidade etc. trata-se de uma dicotomia só aparente, que remete na verdade a uma cultura unitária que não é possível estabelecer recortes claros. Mesmo que Menocchio tenha entrado em contato, de maneira mais ou menos mediada, com ambientes cultos, suas afirmações em defesa da tolerância religiosa, seu desejo de renovação radical da sociedade apresentam um tom original e não parecem resultados de influências externas passivamente recebidas. As raízes de suas afirmações e desejos estão fincadas muito longe, num estrato obscuro, quase indecifrável de remotas tradições camponesas. GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

Repare que o autor se preocupou em apresentar as visões positivistas do “herói” e a marxista do dominador, “bandido”. Convida o leitor a refletir sobre o assunto, mas toma o cuidado de não tomar partido. Eis o reflexo do que já colocamos anteriormente, com a constatação de João Reis, de que a tendência da escola é problematizar o assunto, colocar as posições estabelecidas e procurar os valores de ambas como recomendava M. Bloch, compreender sem julgar, o que para ele não significa necessariamente, neutralidade, mas uma visão da história que atende ao modelo de Estado-empresa. Não apenas isso, mas também uma história que apresente versões dos fatos, para que os sujeitos sejam vistos e ouvidos enquanto grupos protagonistas do processo histórico.

MATERIALISMO HISTÓRICO

O materialismo histórico tem seus fundamentos no pensamento Karl Marx (1818-1883) e Frederich Engels (1820-1895), ainda, no século XIX, ambos contemporâneos dos positivistas, mas nem por isso viam a história como o acúmulo e justaposição de fatos acontecidos no tempo, pois, para eles, a história é um processo, cujo motor interno é a contradição (F. BARBOSA, Leila. .A. A. SOUSA, Maria. S, 2003. p.53).

(...) de forma simplificada, pode-se afirmar que o marxismo é responsável pela demonstração da importância do fator econômico na história. Mais do que isso, porém, a análise marxista permite, em primeiro momento, estabelecer a base material concreta sobre a qual se organiza a sociedade e, em seguida apreender a complexa rede de inter-relações que se verificam entre a base material, considerada a estrutura da sociedade, e demais níveis de organização social: a política, a religião a cultura, a ideologia, a arte, que formam o que de chama de superestrutura social (...).NADAI, E. NEVES, J. História geral. São Paulo: Saraiva, 1994. p.12).

Eles procuraram entender o capitalismo e elaborar uma proposta de transformação, cujo ponto de partida foi a concepção dialética do filósofo idealista Hegel, a tese (afirmação),

antítese (negação) e síntese (superação). K. Marx não nega a visão de Hegel, mas entende que isso precisa acontecer no campo da prática social.

O capitalismo seria o que estava posto “afirmado”, e a exploração dos trabalhadores, o resultado da prática capitalista à “negação” deste. Mais cedo ou mais tarde, a luta de classes, “o motor da história”, para Marx superaria o capitalismo, e em seu lugar o socialismo seria implantado, ou seja, uma etapa necessária que antecederia o comunismo, pois a sociedade ainda tinha Estado, a exemplo do que foi implantado na Rússia, sob o comando dos trabalhadores proletários. O estágio seguinte na marcha das sociedades seria o comunismo, ou seja, uma sociedade sem Estado.

Segundo Marx, o homem transforma a natureza para sobreviver, não de forma isolada, mas em sociedade, cujas relações não dependem diretamente de sua vontade, mas do mundo que ele precisa transformar e dos meios que utiliza para isso. Assim, as relações que os homens estabelecem entre si dependem das relações de produção. Daí porque popularmente a visão marxista da história ganhou a fama de economicista, pois nessa perspectiva o processo produtivo é condicionante para o desenrolar da história. Portanto, não seriam as ideias que provocariam as transformações, mas as condições materiais.

No Brasil a influência materialista aconteceu no século XX, década de 1940, quando Caio Prado Jr, historiador brasileiro, interpretou o período colonial brasileiro pelo viés econômico e concluiu que o sentido da colonização era produzir para exportar, ou seja, abastecer os mercados europeus. Já Fernando Novais, ao estudar a crise desse sistema, percebeu que ele entrou em crise por causa das suas próprias contradições: queda na produtividade das áreas plantadas, pirataria, etc. Problemas como estes foram se avolumando e acabaram por fazer sucumbir o sistema.

Outro exemplo interessante é a interpretação do sociólogo Otávio Ianni, que influenciou a esquerda brasileira durante o regime militar, a partir de 1964. Segundo a sua visão pautada no marxismo, a ditadura estava fadada ao fracasso, pois o autoritarismo geraria crise, inclusive, econômica, pois a população se insurgiria contra o governo após ter seus direitos caçados e faria a revolução, para, em seguida, implantar o socialismo. Porém, o que se verificou não foi essa contradição, uma vez que, na década de 70, ocorreu o chamado “milagre econômico”, e os militares ficaram mais de vinte anos no poder.

Voltemos ao ponto dos parágrafos anteriores. O que caracteriza a história, na análise materialista?

- a. é dinâmica e está em constante transformações, devido às suas contradições internas, geradas pela luta entre as diferentes classes;
- b. precisa ser entendida na sua totalidade;

- c. trata das coletividades;
- d. é uma ciência que analisa as estruturas da sociedade;
- e. divide a sociedade em dominadores, os donos do capital, e dominados, a classe operária, os despossuídos, os que vendem a sua força de trabalho;
- f. Procura sustentar e dar voz à classe operária, para que esta, por meio da revolução, acenda ao poder.

Chegou a hora de verificarmos essas ideias e os postulados do marxismo refletidos nos nossos livros didáticos.

TEMA- BANDEIRANTES

Bandidos e inescrupulosos caçadores de índios, despovoadores do sertão, porque serviram as classes dominantes abastecendo em períodos críticos o mercado de escravos, os bandeirantes passaram pela historiografia oficial como grandes heróis. (...). Estabelecidos na terra conquistada, sem perceber eram muito ignorantes para localizarem-se com precisão alargaram a posse portuguesa. (CHIAVENATO J. J. PILETTI, N. C. História e vida. São Paulo: Ática, 1991. apud. PEREIRA, Paula. "as tintas da história". Época. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001).

Podemos perceber neste fragmento que os bandeirantes, antes heróis, no positivismo, são identificados como a serviço das classes dominantes, cujo papel era oprimir, explorar e tomar os índios à força para serem escravos do capital.

Essa visão, que traz o conceito de modo de produção e lutas sociais, veio substituir, na década de 1980 a história política fundamentada no poder do Estado-Nação, trazendo personagens como: escravos, índios, mulheres, isso devido ao aumento dos cursos de pós-graduação, principalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como da luta em prol da democracia (BITTENCOURT, 2003, p. 53).

Você reparou no quanto o processo de produção historiográfica tem seu próprio tempo e ritmo? Em 1929, estava surgindo na França uma escola de pensamento, que entendia o modelo teórico marxista como insuficiente para a explicação histórica. Já no Brasil, a produção influenciada pelo marxista foi forte até os anos 80. "Raízes do Brasil", e "Casa grande & Senzala" foram revisitadas quando a Escola dos Annales foi se tornando referência. a partir de 1990. Elas já tocavam nas questões culturais.

Nesse texto onde estamos organizando a narrativa do **presente** para o **passado**, ainda estamos no século XIX e vamos apresentar o pensamento positivista que já citamos, mas não aprofundamos muita coisa. Como já foi apontado aqui, a Escola dos Annales, fundada em 1929, tinha em seus quadros marxistas e positivistas que procuravam novos métodos, fontes que melhor servissem para a interpretação histórica. Estes pensadores refletiam, no começo, muito do estruturalismo marxista, mas a crítica foi muito forte no

positivismo, o que indica a presença dos dois pensamentos, nos séculos XIX e XX.

ESCOLA POSITIVISTA

O século XIX, dentre outras coisas, foi marcado pela **razão**, pois as ideias iluministas entendiam que a humanidade iria cada vez mais dominar a natureza, por meio da evolução progressiva. Dessa forma, a ciência se impunha sobre as explicações dos teólogos, e as respostas estavam sendo passadas para os filósofos. O liberalismo surgia como resposta ao que acontecia, possibilitando um momento de expansão não apenas comercial, mas também sociocultural, econômica e política. Nessa construção de um Estado liberal e humanista, a história, que é capaz de permitir a sedimentação das classes emergentes, esteve em busca do conhecimento **verdadeiro**, com vistas a se tornar uma ciência, dotada de um método. E assim, conseguiu produzir o que conhecemos hoje, por história dos grandes vultos, de personalidades, ou história tradicional.

Qual seria então a função do historiador? E quais as suas preferências? Como escreviam a história?

Os historiadores em geral eram liberais; mas às vezes, pelo fato de serem estadistas e políticos, podemos dizer que eles produziam obras de caráter político, o que não os impedia de realizarem narrativas românticas e nostálgicas do passado. Afinal, o século XIX foi marcado pelo processo de unificação dos Estados, e cada país procurou levantar a documentação referente a seu passado para construir a sua identidade nacional.

Os historiadores ditos positivistas são diferentes de Comte, porque não buscam leis para a história, mas um método. Para ele, a história positivista é fruto da filosofia da história alemã. L. Von Ranke teria sido um dos principais historiadores do século XIX. (REIS, J.J. 1995.p. 41).

Para José João Reis, a história científica pretendia criar um método que dependia da postura do historiador ao exercer suas funções, pois a ele cabia:

- a. Recuperar eventos políticos;
- b. Selecionar documentos escritos e oficiais;
- c. Buscar a neutralidade e a objetividade;
- d. Ser capaz de reunir fatos, após a realização da crítica aos documentos, auxiliado pelas técnicas de disciplinas como: filologia, diplomática;
- e. Organizar cronologicamente os fatos, em forma de narrativa.

Como o positivismo surgiu ligado às transformações da sociedade europeia ocidental, quando a industrialização estava sendo implantada era importante ver a história como um

levantamento “científico dos fatos”, sem qualquer interpretação. Logo cabia ao historiador encadear os acontecimentos numa relação determinista de causas e consequências, relatando os feitos políticos, os problemas dinásticos, as batalhas, os tratados diplomáticos.

Já que o positivismo defendia um progresso constante e a correção das desordens para o estabelecimento da ordem, conhecer as causas e consequências do que leva à guerra, por exemplo, poderia facilitar a elaboração de estratégias corretivas. Assim, em linha gerais, esse pensamento foi primordial na tentativa da história em se tornar uma ciência.

Se olharmos para os positivistas apenas pelo prisma da posição dos historiadores, muitas vezes, políticos liberais, podemos vê-los tão comprometidos com os estados nacionais quanto os cronistas do período medieval. O que os tornavam diferentes dos seus antecessores?

Vejamos como a história positivista foi colocada nos livros didáticos:

TEMA-BANDEIRANTES

(...) chefes destemerosos e enérgicos

(...) vestiam gibões de couro acolchoados de algodão, protegendo-se das flechas da indiada: sapatões fortes de cordão, chapéus desabotoados para poupá-los da solheira; facões nas cinturas e espingardas a tiracolo (...)

espera-os o imenso dos sertões. Lutas com os índios impiedosos (...). As cachoeiras a transpor com as canoas nas costas ou em correiras pavorosas.(...) Esseshomens rudes, ousados, impetuosos cruéis, mas que embora visando os seus alvos de cobiça, romperam pelo sertão a dentro, transpuseram a linha de Tordesilhas, tornaram brasileiras regiões destinadas à Espanha. (M. SETTE, **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1946. apud. PEREIRA, Paula. "as tintas da história". **Época**. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001).

Esse trecho escrito em 1946 ilustra a produção histórica no Brasil, sob o prisma positivista. Os bandeirantes figuram como destemidos, valentes, e suas ações foram responsáveis pela ocupação do território, fator importante para a definição das fronteiras do país. Eles são “heróis” desbravadores, vencem obstáculos, lutam contra a natureza, os índios, indo além dos limites estabelecidos. Era esse o espírito positivista: romper com o estabelecido e ir além. Afinal, naquela época a industrialização buscava desenvolver tecnologia e conquistar mais mercado para seus produtos. Cabia à ciência descobrir causas, encontrar resposta e agir no sentido de alterar o que estava posto, sem, contudo, perverter a ordem.

Segundo Circe Bittencourt, os primeiros “compêndios de história” (livros didáticos), publicados no Brasil são da metade do século XIX, baseados na história universal positivista, produzida pelos franceses, Charles Seignobos era o autor preferido, e sua ênfase era dada ao conceito de “civilização”. Afinal o momento era de conquista da África e Ásia pelo imperialismo, cabendo aos europeus a missão de levar a civilização aos povos “bárbaros”.

Somente no final do século XIX, foram escritos os primeiros compêndios por intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que eram adotados pelo colégio Pedro II e liceus do curso preparatório para o ensino superior. O romancista Joaquim Manuel de Macedo era professor no Colégio Pedro II e transformou suas aulas em um livro “lições de história do Brasil, em 1861, cujo teor versava sobre uma história política protagonizada pela elite administrativa e militar, organizada cronologicamente, incentivando a memorização dos acontecimentos históricos (BITTENCOURT, Circe. Nossa História, dez, 2003, p. 52-54).

Assim, conforme o descrito, o positivismo esteve bem presente na formação das elites brasileiras, cujas marcas perduraram por longo tempo, ou quem sabe, ainda estejam presentes nas nossas escolas, atualmente.

Essa exposição, mesmo que sucinta, é o resultado de uma preocupação que temos com a falta dessa história da escrita da história nas salas de aulas, para que professores e alunos se apropriem da forma como a história é escrita, ou seja, da sua teoria

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leila Amum Alles SOUSA, M. Socorro. **Filosofia: vamos filosofar!** São Luís: UEMA, 2003.

BITTENCOURT, Circe. “ O livro didático não é mais aquele”. **Nossa História (RJ)**/ Biblioteca Nacional, n. 2. dez, 2003.p. 52-54.

BOUDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: publicações Europa,1983.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: revolucionou a historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

BAKHTIN, Michail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**. São Paulo: Annablume, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. 6ª ed., São Paulo, Papyrus, 2005.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHIAVENATO J. J. PILETTI, N. C. **História e vida**. São Paulo: Ática, 1991. apud. PEREIRA, Paula. “as tintas da história”. **Época**. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001).

DE CERTEAU. Michel. **A invenção do cotidiano**. 2 vols., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000/2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório**. 2 vols., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade**. 3 vols., Rio de Janeiro, Graal, 1984/1985/1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HUNT, Lyn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Antônio Celso. "História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares". **Pós-História**, (Unesp - Assis - SP).n. 04, 1996.

FILHO REIS, Daniel Araújo. "o colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita" IN: FERREIRA, J. (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.)

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIOVANNI, JUNQUEIRA, TUONO, História: compreender para aprender, FTD,1999.apud. PEREIRA, Paula. "as tintas da história". **Época**. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001.

JENKINS, Keith. **Repensando a história**. trad. Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **A nova História**. Lisboa, Edições 70, 1986)

M. SETTE, **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1946. apud. PEREIRA, Paula. "as tintas da história". **Época**. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001).

NADAI, Elza. NEVES, Joana. **História geral**. São Paulo: Saraiva, 1994.

PEREIRA, Paula. "as tintas da história". **Época**. São Paulo. Globo. n. 162, p. 50-57, junho/2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, José Carlos. "Sobre a identidade ideológica dos Annales: a polemica e uma hipótese" **História** (Unesp-SP) v 15, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. "Da história das mentalidades à história cultural" **História** (Unesp-SP) v 15, 1996.

VEYNE Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Kneipp. Brasília: UnB, 1982.

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022